

# FENÍCIOS E PÚNICOS EM PORTUGAL

## PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Ana Margarida Arruda

### INTRODUÇÃO

A publicação, em 1993, do livro «Os Fenícios em Portugal» colocou, definitivamente, o território ocidental da Península Ibérica no mapa da colonização fenícia. Com efeito, se é verdade que a realidade orientalizante portuguesa era já conhecida desde, pelo menos, os finais do século XIX, o certo é que ela era sistematicamente ignorada por parte dos investigadores estrangeiros, mesmo até pelos nossos colegas espanhóis.

A invisibilidade da presença fenícia no actual território português pode talvez explicar-se pelo facto de os trabalhos pioneiros de Estácio da Veiga e Santos Rocha, no Algarve e na foz do Mondego, não terem tido seguidores no âmbito da arqueologia sidérica portuguesa, quase parecendo que a descoberta e escavação da necrópole do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, se tratou apenas de um episódio raro.

Por outro lado, nunca será demais recordar que esta invisibilidade foi também decorrente do reforço de uma postura ideológica de cariz marcadamente nacionalista, ditada por um cenário político de contornos ditatoriais nascido em Portugal com a implantação, em 1928, do que veio a chamar-se «Estado Novo». Com efeito, o marasmo que, entre os anos 30 e 80, atingiu a investigação arqueológica no âmbito da Idade do Ferro orientalizante deve relacionar-se com um conjunto de razões de âmbito sócio-político, que determinou o sentido dos trabalhos publicados.

A arqueologia portuguesa atravessou então os seus piores momentos e os «anos de ouro» materializados pelos pioneiros ficaram definitivamente para trás. A profunda renovação que vivia a arqueologia europeia do pós-guerra não ultrapassava as fronteiras de um país «orgulhosamente só», que recusava ou evitava contactos internacionais também no âmbito científico e cultural. Os estudos sobre a Idade do Ferro foram então particularmente atingidos, tendo sido praticamente ignorados nos *curricula* das Universidades, o que não favorecia o interesse das novas gerações por este período.

E, no contexto da História oficial, a investigação sobre a época pré-romana servia apenas uma historiografia de pendor marcadamente nacionalista, que procurava quase exclusivamente as evidências arqueológicas dos «primeiros heróis nacionais», os Lusitanos.

Abandonada a arqueologia antiquarista e filológica, que produziu, com qualidade, os primeiros trabalhos sobre a Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal, não se iniciou nos sítios pré-romanos a prática de uma arqueologia que utilizasse uma metodologia herdada da Pré-história e aplicada em toda a Europa Ocidental, desde os anos 50.

Se os aspectos meramente metodológicos eram trágicos, pode dizer-se que, do ponto de vista teórico, a situação assumiu contornos ainda mais dramáticos. Da verdadeira revolução epistemológica que atingiu o mundo anglo-saxónico em 68, não chegaram ao Portugal salazarista nem simples ecos e o ano Clarke-Bin passou despercebido até à Revolução de Abril. Por outro lado, a brisa que a Nova Escola dos Annales provocou além Pirenéus não chegou a abanar as folhas da arqueologia lusa.

A partir dos finais da década de 70 do século XX, renasceu o interesse pela arqueologia do I milénio a.C., tendo-se multiplicado as escavações arqueológicas em povoados da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal.

Aperfeiçoaram-se metodologias, reintroduziu-se o método estratigráfico, utilizaram-se as tipologias. Assistiu-se, então, ao despontar de uma nova forma de divulgar as escavações e os espólios, podendo dizer-se que nos anos 70 e 80 do século xx a arqueologia da Idade do Ferro, sobretudo a de âmbito orientalizante, renasceu.

Foram divulgados os dados das escavações luso-francesas de Conímbriga (Alarcão 1976), do Moinho da Atalaia (Pinto – Parreira 1978), do Castelo de Alcácer do Sal (Silva – Soares – Beirão – Dias – Coelho-Soares 1980-81), do Castelo de Castro Marim (Arruda 1986), da Alcáçova de Santarém (Arruda – Catarino 1982; Arruda 1987; 1993), de Setúbal (Soares – Silva 1986), do Cerro da Rocha Branca (Gomes – Gomes – Beirão 1986), da Quinta do Almaraz (Barros – Cardoso – Sabrosa 1993), de Outorela (Cardoso 1990) e os de Abul (Mayet – Silva 1992; 1993).

No Alentejo interior, duas áreas distintas foram, então, objecto de investigações. No concelho de Castro Verde, um núcleo de povoamento da Idade do Ferro foi identificado e, parcialmente, escavado (Maia – Maia 1986; Maia 1987; 1988).

Na região de Ourique, Caetano Beirão primeiro e Virgílio Hipólito Correia depois publicam sínteses sobre os povoados e as necrópoles da área (Beirão 1986; Correia 1988-89).

Paralelamente, procedeu-se ao estudo de materiais provenientes de escavações antigas e existentes nas reservas dos Museus. Publicaram-se, por exemplo, as peças da necrópole do Galeado (Beirão – Gomes 1983) e de Miróbriga (Soares – Silva 1979).

Alguns artefactos, cuja proveniência exacta era, e é ainda, desconhecida, e cujo contexto arqueológico estava, naturalmente, completamente perdido, foram também, publicados. É o caso do *oinokhoe* de bronze pertencente à colecção particular de Rainer Daehnhardt (que o adquiriu a um comerciante) e que parece ser proveniente dos arredores de Beja (Gomes 1986).

Também sem contexto arqueológico é a pequena escultura que, integrando actualmente uma colecção particular, foi adquirida num antiquário de Évora, que a teria comprado a um habitante de Mourão (Correia 1986). Muito provavelmente, a peça constitui a decoração que encimava a tampa de um *thymiaterium*.

Ainda que as áreas escavadas tenham sido quase sempre reduzidas, a verdade é que, no final da década de 80, a cultura material da Idade do Ferro de matriz oriental do Centro e Sul de Portugal tornou-se relativamente bem conhecida, apesar de não terem ficado completamente estabelecidos critérios cronológicos seguros a partir de tipologias cerâmicas.

Toda a informação acumulada no decorrer dos trabalhos de campo e gabinete que tiveram lugar nos anos 80 culminou na realização do já referido colóquio de 1992 sobre «Os fenícios no território português». Aí, sob os auspícios do Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, apresentaram-se os dados que permitiram reunir um importante conjunto de textos, onde se pretendeu divulgar uma actualização dos conhecimentos sobre a questão. Foi evidente o esforço da grande maioria dos investigadores envolvidos no sentido de fornecerem o maior número de elementos possíveis sobre as escavações que tinham já realizado, tendo sido divulgados espólios, até então inéditos, do Cerro da Rocha Branca (Gomes 1993), de Abul (Mayet – Silva 2003), da Quinta do Almaraz (Barros – Cardoso – Sabrosa 1993), de Lisboa (Amaro 1993), da Alcáçova de Santarém (Arruda 1993), dos Chões de Al-pompé (Diogo 1993), e re-analisaram-se os materiais de Conímbriga (Correia 1993). As datas de <sup>14</sup>C de Santarém e de Almaraz foram publicadas e, pela primeira vez em Portugal, divulgaram-se dados faunísticos de povoados (Cerro da Rocha Branca e Almaraz) (Cardoso 1993).

O encontro da Universidade Nova permitiu verificar que a presença de fenícios ocidentais no litoral atlântico da Península Ibérica excedia, em muito, o que era conhecido até então, e Portugal foi transportado para o mapa da colonização fenícia Ocidental. Rapidamente, os dados portugueses passaram a integrar as sínteses entretanto produzidas (Blázquez – Wagner – Alvar 1999; Aubet 1994), e a ser utilizados na avaliação de fenómenos diversos, mas com o tema relacionados (Alvar 1995).

Desde então, as novas escavações em povoados e necrópoles não foram muitas, mas a realidade do orientalismo sidérico português foi sendo publicada (Arruda 1999-2000; 2003; 2005a; 2005b; Mayet – Silva 2003; Maia 2003; Arruda – Freitas – Oliveira 2007), e os novos dados ajudaram a traçar quadros mais desenvolvidos e a reavaliar e reanalisar a informação antiga. Algumas sínteses foram dadas à estampa e o fenómeno foi devidamente enquadrado no âmbito da colonização fenícia ocidental (*ibid.*). Em alguns dos sítios dados a conhecer em 1992, as escavações prosseguiram, concretamente em Abul, Santarém, Lisboa e Almaraz, bem como em Santa Olaia, tendo sido possível obter novos elementos sobre a presença de populações com origem oriental em Portugal, durante a Idade do Ferro.

Outros sítios, também já conhecidos, mas não suficientemente divulgados, foram ainda objecto de novas escavações, como por exemplo o Castelo de Castro Marim, bem como outros entretanto identificados, concretamente Tavira.

## O QUE SABEMOS

Pelo que atrás foi dito, verifica-se que a informação disponível é já relativamente vasta e proporcionou sínteses publicadas ou em vias de publicação. Não parece ser pois este o local para veicular uma outra síntese, onde se repitam dados, e hipóteses explicativas.

De qualquer modo, não posso deixar de adiantar que o que existe permite afirmar que o litoral ocidental português foi, pelo menos desde meados/segunda metade do século VIII a.C. em cronologia tradicional, visitado por populações de origem mediterrânea que aí se fixaram, ou em sítios fundados *ex nibilo*, ou em povoados já ocupados por populações indígenas.

Quanto à cronologia, a proposta baseia-se não só em alguns conjuntos de materiais, como também no que a radeometria permitiu avaliar. Com efeito, e quanto ao último aspecto, a sequência de datações absolutas obtida para Santarém (Arruda 1999-2000) possibilita afirmar que entre a instalação na área do Estreito de Gibraltar de populações oriundas do Mediterrâneo Oriental e os primeiros contactos com o litoral português decorreu apenas uma geração de 25 anos (Arruda 2005b). Por outro lado, convém recordar que esta cronologia antiga para a presença fenícia no estuário do Tejo era já sugerida a partir do estudo da cultura material, concretamente da cerâmica. De facto, e para além de algumas ânforas R1, que cabem no tipo 10.1.1.1., os pratos de engobe vermelho dos níveis inferiores de Santarém possuem bordos estreitos e amplos diâmetros. Nesses mesmos níveis, a cerâmica manual de tradição indígena (superfícies exteriores *cepilladas*, bordos denteados, decorações brunidas) é muito abundante. Os materiais indicam assim uma cronologia tradicional ou histórica centrada nos meados/segunda metade do século VIII a.C.

Aquilo que ficou conhecido por 2ª revolução do radicarbono, ou seja a calibração das datações de 14C, contribuiu decisivamente para que começasse a ganhar corpo a ideia de que as datas convencionais atribuídas à colonização fenícia ocidental poderiam recuar cerca de 100 anos. As datações obtidas para os sítios portugueses, e muito concretamente para Santarém (Arruda 1999-2000), permitem por outro lado concluir que «...os fenícios ocidentais começaram a visitar o Atlântico ainda durante o século IX a.C., muito possivelmente durante a sua segunda metade, em cronologia radiométrica, a que corresponde uma cronologia tradicional de meados/segunda metade do século VIII a.C.» (Arruda 2005b).

Convém ainda recordar que a I Idade do Ferro Orientalizante está, no território actualmente português, praticamente confinada ao litoral e, mesmo aí, os sítios que a integram concentram-se nos estuários dos grandes rios, concretamente o Guadiana, o Sado, o Tejo e o Mondego. A penetração para o interior de espólios de matriz oriental parece ter ocorrido num momento mais tardio, talvez só a partir de finais do século VII.

A análise das características morfológicas dos espólios recolhidos, bem como as datações de rádio carbono já obtidas, permitem pensar que foi o estuário do Tejo a área mais precocemente visitada pelas populações orientais. Como recentemente tive oportunidade de desenvolver (*ibid.*), julgo que é possível admitir que, e ao contrário do que seria talvez de esperar, é aos vales do Tejo e do Mondego que os fenícios chegaram em primeiro lugar. O percurso dos navegadores fenícios não terá sido, assim, linear para montante, e não parece ter havido uma ocupação progressiva de territórios cada vez mais longínquos. Os dados existentes contribuem para pensar que houve, logo de início, uma clara determinação em chegar a áreas concretas, neste caso às localizadas no centro da fachada ocidental portuguesa. Esta situação evidencia, na minha perspectiva, que estas chegadas não foram acontecendo ao acaso, de forma aleatória, mas que foram determinadas por objectivos específicos, previamente definidos.

## PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Definidas as geografias das presenças orientais no actual território português, assim como a base material e, de alguma forma, arquitectónica que as enformam e estabelecidas as cronologias das chegadas e das ocupações, parece ser este o tempo e o momento de se iniciar a abordagem desta realidade em perspectivas que ultrapassem as meras tipologias cerâmicas e as sequências estratigráficas onde elas se inserem. E isto porque se, nos últimos anos, o número de sítios e de materiais que estão directamente envolvidos no processo de orientação tem conhecido um crescimento muito significativo, a verdade é que é ainda nítido algum vazio de informação acerca de muitas questões centrais, já que o debate se tem mantido centrado, sobretudo, na tipologia dos recipientes cerâmicos orientais ou de inspiração oriental e no seu posicionamento nas sequências estratigráficas conhecidas, não estando disponíveis, ou sendo muito escassas, as informações de outra natureza, concretamente as conectáveis com outras áreas dos sistemas culturais.

Permanecem, pois, em aberto uma multiplicidade de questões, cuja resolução depende quer da criação de uma base de dados mais ampla e de maior consistência interna, quer da reorganização do debate em torno de problemáticas menos abordadas até ao momento.

Relativamente ao fenómeno de orientalização do actual território português, estão por escrever múltiplas histórias que focam aspectos essenciais do fenómeno. Num plano eminentemente arqueográfico, são ainda muito significativas as lacunas de informação relativas a campos como a paleoecologia, as redes de povoamento, as arquitecturas, os conjuntos artefactuais, o mundo funerário e a cronologia absoluta.

Relativamente ao primeiro, os estudos faunísticos foram realizados para Santarém (Cardoso 2000; Davis 2006), Almaraz (Cardoso 1993; 2000), Abul (Cardoso 2000; 2003), Rocha Branca (Cardoso 1993; 2000) e Sé de Lisboa, estando em fase de conclusão para Castro Marim. Faltam ainda os de Conímbriga, os de Santa Olaia, os do Castelo de São Jorge em Lisboa, os de Alcácer do Sal e os de Tavira.

Importa chamar a atenção para a presença, ainda que escassa, de galináceos nos níveis inferiores de Santarém (VIII/VII a. C.) (Davis 2006), presença essa que está também demonstrada em Castro Marim em momento mais tardio, do século VI (estudo de Simon Davis, em conclusão). Importante é também a presença de burro nos estratos antigos da Idade do Ferro de Santarém, espécie que foi igualmente registada no Algarve, quer em Castro Marim quer no Cerro da Rocha Branca, mesmo que nestes últimos casos a sua introdução pareça ter acontecido em momento mais avançado (século V).

A importância do porco na alimentação do sítio do vale do Tejo, que contrasta com o que se verifica por exemplo em Abul, pode ser lida na sua relação com o património genético das populações que maioritariamente o habitavam (sítio indígena orientalizado), situação que difere da de Abul, sítio fenício fundado *ex nihilo*.

Em Santarém, impressiona também o papel que a caça teve na dieta alimentar, com uma percentagem de 17% de veado para 20% de bovívdeo e 36% de ovicaprídeos, situação que não ocorre em qualquer dos outros sítios estudados, em que a actividade cinegética está apenas documentada.

O estudo dos outros conjuntos associados à presença fenícia no Ocidente peninsular impõe-se. Parece evidente a necessidade de comparar os dados disponíveis com outros ainda inéditos, de forma a compreender a composição das dietas alimentares de grupos humanos geograficamente diferenciáveis, no sentido de ser possível, ou não, relacionar aquelas com os territórios de exploração de recursos. Por outro lado, parece indispensável avaliar o real significado da introdução de novas espécies (como é o caso dos galináceos e dos burros) ao nível do seu peso na alimentação das populações do ocidente peninsular durante a Idade do Ferro.

A evidência conectada com a actividade agrícola é, ainda, mais escassa. Neste momento, os dados de Santarém e de Castro Marim permanecem os únicos que podemos manipular.

No primeiro dos casos, verificou-se que o trigo (*triticum compactum* var. *globiforme*) e a cevada, quer na variante de grãos vestidos quer a variedade de grãos nus (*hordeum vulgare* e *hordeum vulgare coeleste*), foram cultivados ao longo de toda a diacronia sidérica, sendo importante referir, desde já, que o primeiro dos cereais domina de forma clara, apresentando sempre valores superiores a 85% (Arruda 2003). Mais interessante é observar que o trigo não apresenta quaisquer alterações ao longo da Idade do Ferro, tendo-se ainda constatado que a espécie presente em Santarém (*triticum compactum* var. *globiforme*), mesmo nos níveis imediatamente anteriores à ocupação romana, é ainda aquela que já se cultivava na região desde o 3º milénio a.C.. «Trata-se de um trigo de grãos pequenos e arredondados, de características intermédias entre os *Triticum aestivum*, *T. compactum* e *T. sp-haerococcum*, cuja nomenclatura não está ainda definida com clareza.» (Estudos de Arqueobotânica da Alcáçova de Santarém - Paula Fernanda Queiroz e Wim Van Leeuwen), mas que corresponde à mesma espécie da que foi abundantemente recolhida nas escavações arqueológicas de Vila Nova de S. Pedro e do Zambujal, sítios calcolíticos também localizados na Península de Lisboa. Esta situação demonstra como a presença fenícia não tem, de facto, qualquer impacto ao nível das espécies de cereais cultivados.

O que ressalta do estudo das sementes de Santarém é, assim, a enorme importância que os cereais parecem deter na alimentação da população, tendo ficado demonstrado que a agricultura praticada é, por excelência, de tipo cerealífero. No entanto, o estudo efectuado evidenciou que a horticultura, ainda que de forma insignificante, colaborou no processo alimentar, uma vez que as ervilhas foram também identificadas.

Para Castro Marim, os dados disponíveis são também abundantes (estudo em fase de conclusão), indicando, para os momentos antigos da ocupação (século VII), a importância dos cereais, concretamente da cevada comum (*Hordeum vulgare*), que está presente com grãos nus e vestidos. O trigo só é introduzido num momento localizado no século V e nas hortas cultivou-se fava, a partir do século VI.

Torna-se imprescindível que os dados da antracologia e da carpologia de Abul, Almaraz, Conímbriga, Santa Olaia, Lisboa, Tavira sejam estudados e possam ser comparados com estes, de modo a compreender se o predomí-

nio do trigo sobre a cevada observado em Santarém e a situação inversa detectada em Castro Marim podem relacionar-se com paleo-ambientes concretos e estão conectados apenas com a diferenciação regional, ou traduzem opções que se podem prender com as características funcionais de cada sítio.

Merecem também menção especial as evidências de *vitis* em Almaraz e de pólenes da mesma *vitis* em área próxima de Santarém.

No primeiro dos sítios, em níveis correspondentes ao século VII a.C., em cronologia radiométrica, foram recolhidas numerosas grainhas de uva (Barros 1998), o que prova o plantio de vinha na região. Os elementos de Almaraz sugerem que as uvas correspondentes a estas grainhas foram consumidas frescas ou em forma de passa e não serviram para produzir vinho, o que não significa que essa produção não tenha ocorrido.

Em meados da década de 80 do século XX, uma sondagem, para análises polínicas, realizada no Paul dos Patudos, em Alpiarça, no baixo vale do Tejo, próximo de Santarém (Leeuwaarden – Jansen 1985), veio proporcionar a recolha de elementos que tornam possível admitir o plantio da vinha na região do estuário do Tejo a partir de 2590 BP. Neste momento, os pólenes de vinha são, pela primeira vez, muito altos (33%). Apesar de as análises efectuadas não terem sido conclusivas a esse respeito, e de ter ficado claro que a vinha selvagem existia na região desde pelo menos 4580 BP, os autores admitem que, na primeira metade do I milénio a.C., os numerosos pólenes identificados podem já corresponder a *vitis* cultivada, e não selvagem (*vitis sylvestris*), tendo acentuado a sua elevada presença (Leeuwaarden – Jansen 1985: 229).

As mesmas análises polínicas permitiram ainda verificar que é também nesta época que se registam os primeiros pólenes de *Olea* (*ibid.*).

A carpologia não identificou quaisquer vestígios de vinha em Castro Marim anteriores ao século V, momento em que são muito abundantes.

São ainda muito escassos os dados que permitem avaliar o efeito da colonização fenícia do ocidente peninsular sobre o meio ambiente.

É ainda, mais uma vez, para a região do baixo vale do Tejo, junto a Santarém, que possuímos alguns dados que podemos chamar aqui à colação no momento de discutir este aspecto concreto. Os pólenes e as datações de rádio carbono obtidos na sondagem realizada no Paul dos Patudos em Alpiarça evidenciam que, a partir de 5.000 B.P., a paisagem natural sofre alterações significativas, tendo-se passado de uma floresta aberta para uma paisagem de tipo estepe (*ibid.*). Os elementos florestais descem de valor, aumentando consideravelmente o NAP, o que significa que as áreas não arborizadas são já muito extensas (*ibid.*). Esta situação vai acentuar-se, de forma clara, até 2590 B.P.<sup>1</sup>, época em que os valores do pinheiro e do carvalho são já reduzidos (*ibid.*). É de admitir que estas alterações na paisagem tenham sido provocadas pela acção do homem, que terá tido necessidade de, a partir pelo menos do final do Calcolítico, iniciar um processo de desflorestação que permitisse áreas mais vastas para prática agrícola. Torna-se também interessante observar que essa desflorestação se intensificou no início do I milénio a.C., momento em que se verificaram os primeiros contactos da região com fenícios ocidentais, sendo também então que os pólenes de *vitis* aumentam consideravelmente.

Os estudos antracológicos realizados para a sequência estratigráfica de Castro Marim não permitem grandes conclusões sobre o impacto sobre o meio ambiente da chegada de populações orientais à foz do Guadiana. O que ficou contudo evidenciado foi o facto de, ao longo da diacronia, ocorrerem os mesmos tipos xilomorfológicos (Queiroz – Mateus – Leeuwaarden – Pereira – Dise 2006). Refira-se ainda que os restos antracológicos e carpológicos de *Pinus pinea* são sempre os dominantes em todas as fases da ocupação sidérica e que a *Olea europaea* (provavelmente zambujeiro) tem tendência a aumentar das fases mais antigas para as mais recentes. Foi possível também verificar a existência de bosques hidrófilos, depreendidos através da presença de madeiras de *Fraxinus angustifolia* e de *Populus/Salix*, que corresponderiam a formações de freixos, choupos e salgueiros (*ibid.*).

Aguarda-se que os registos polínicos (em estudo) possam também contribuir com dados sobre o aumento da área agricultada e o correspondente recuo dos bosques e ainda para avaliar o verdadeiro papel da vinha e da oliveira durante a Idade do Ferro.

Este tipo de informação está completamente ausente para os restantes sítios orientais e/ou orientalizantes portugueses, parecendo que deverá ser essa a abordagem que deve nortear a investigação futura. E isto porque só assim se tornará possível comparar comportamentos à escala local e regional e detectar eventuais selecções e adaptações a cenários ambientais específicos.

1. Esta datação, depois de calibrada, forneceu os seguintes valores: intercepção em 795 cal B.C.; a um sigma: 808-767 cal. B.C.; a dois sigma: 833-752 cal. B.C. Agradeço a António Monge Soares o ter efectuado a calibração.

Um outro ponto importante que deve perspectivar-se é a análise do povoamento, uma vez que os tipos morfológicos dos locais de implantação estão praticamente estabelecidos.

Se os sítios «centrais» foram já, melhor ou pior, caracterizados, existe um desconhecimento mais ou menos exaustivo sobre o que tem sido chamado de «casais agrícolas», localizados nas imediações de Santa Olaia, no Mondego, e em torno à foz do estuário do Tejo. As evidências para estes sítios são diminutas, quer ao nível interno, quer mesmo no que respeita às suas relações com o que parecem ser os povoados «centrais». Em primeiro lugar, há que estabelecer os significados cronológicos destas situações, mas também compreender se estas ocupações de territórios no espaço anexo aos centros, que, aliás, ocorrem em momento avançado do processo, traduzem uma colonização interna derivada da desproporção entre recursos disponíveis e contingentes demográficos nos centros urbanos, ou se, pelo contrário, são o resultado «...de un modelo jerarquizado de ocupación territorial en que se acentua la dicotomía ciudad-campo...» (Aranegui, 2005).

Infelizmente, em Conímbriga, em Santarém, em Lisboa, Alcácer do Sal, em Setúbal ou em Tavira os vestígios da Idade do Ferro foram fortemente afectados pelas ocupações posteriores (romanas, muçulmanas, medievais, modernas e contemporâneas) e, em alguns destes casos, os trabalhos arqueológicos realizaram-se de acordo com as contingências que a arqueologia em área urbana sempre impõe. Assim, as escavações são, por regra, de dimensões diminutas, o que não facilita a compreensão da organização urbana nem da funcionalidade dos sítios, ou mesmo dos espaços escavados. As excepções são Abul e Castro Marim, onde, no primeiro, foi possível escavar, integralmente, um edifício e, naturalmente, levantar a sua planta, e, no segundo, intervir numa área de considerável dimensão. Por isso mesmo, em ambos casos, existe informação disponível sobre as técnicas construtivas, as dimensões e a composição dos edifícios, os planos arquitectónicos traçados, as áreas ocupadas. O caso de Santa Olaia pode juntar-se, em parte, a estes últimos, havendo documentação sobre a evolução da arquitectura doméstica (Rochaz 1908), e respectivas técnicas construtivas, bem como sobre o sistema defensivo e área industrial (Pereira 1997). As dificuldades residem na escassíssima informação disponível sobre os conjuntos materiais que estavam associados às diversas áreas funcionais, bem como aos seus distintos momentos ocupacionais.

Parece portanto prioritário que as áreas escavadas sejam, tanto quanto possível, alargadas, de forma a recuperar os dados sobre as arquitecturas, superfícies de ocupação e organização do espaço urbano, e, naturalmente, que os dados já recuperados sejam publicados.

Ainda que os artefactos tenham sido o objecto central da maior parte dos estudos produzidos sobre a orientalização do Ocidente peninsular, não existe ainda um conhecimento exaustivo, do ponto de vista cronológico e tipológico, dos diferentes elementos da cultura material. Infelizmente, muitos conjuntos permanecem por publicar, tendo-se, em alguns casos, dado à estampa apenas os artefactos mais «exóticos» ou mais luxuosos. A descrição e quantificação exaustiva dos espólios já efectuada para Abul e para Santarém, e que está em curso para Castro Marim, por exemplo, não tem sido a regra. Os materiais de Alcácer do Sal, quer da escavação da necrópole quer da área da Pousada, no Castelo, permanecem inéditos, e esperamos há mais de 10 anos pela publicação dos que foram recuperados no início dos anos 90 do século passado em Santa Olaia (Figueira da Foz). Em Lisboa, o espólio da Sé foi integralmente publicado (Arruda 1999-2000; Arruda – Vallejo – Sanchez – Freitas 2000) e o que é proveniente de intervenções de reduzida dimensão tem vindo a ser divulgado (Pimenta – Calado – Leitão 2005; Silva – Pimenta – Calado, no prelo; Filipe – Calado – Leitão, no prelo). No entanto, os grandes conjuntos recuperados na Rua dos Correiros ou no Castelo continuam insuficientemente conhecidos.

Alguns outros conjuntos, muito resumidamente descritos, como os de Tavira, de Santa Olaia, ou de Alcácer do Sal, foram adquirindo um protagonismo aparentemente inexplicável, já que não se conhece de todo a sua dimensão e portanto o seu significado. Os contextos de recolha são quase sempre desconhecidos, assim como muita informação indispensável à sua avaliação objectiva. A percentagem de cerâmica manual face ao universo a torno, ou o peso dos pratos de engobe vermelho no conjunto deste último, por exemplo, são impossíveis de descortinar a partir da bibliografia disponível.

As necrópoles da Idade do Ferro conectadas com a colonização fenícia são, em Portugal, muito mal conhecidas, desconhecendo-se, na maior parte dos casos, os lugares escolhidos e os rituais de enterramento praticados pelas primeiras populações sidéricas. As excepções são as necrópoles do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal (Correia 1925; 1928; 1930a; 1930b) e a recém descoberta na colina de Santa Maria, em Tavira (Arruda – Covaneiro – Cavaco, no prelo a e b). Contudo, no primeiro dos casos, os dados conhecidos resumem-se, praticamente, aos que foram obtidos nas escavações do início do século passado, uma vez que os das dos anos 60, 70 e 80 nunca foram publicados. Ressalte-se a existência no local de distintos tipos de rituais e monumentos funerários, concretamente a incineração *in situ*, em sepultura de canal central, e a incineração em urna de tipo «Cruz del Negro». A necrópole situa-se a Ocidente da colina onde se implanta o Castelo, em cota baixa. Quanto a Tavira, um trabalho de

acompanhamento de obra permitiu identificar um conjunto de urnas de tipo «Cruz del Negro», colocadas em cavidades escavadas nas rocha, mas não foi possível escavar a necrópole em extensão, tendo-se apenas salvo a informação que resultou da acção de emergência. Implanta-se na mesma elevação que o povoado, ainda que junto ao sopé ocidental.

As necrópoles dos sítios coloniais como Abul, Santa Olaia, e dos povoados indígenas fortemente orientalizados como Conímbriga, Santarém, Lisboa, Almaraz, Castro Marim continuam por encontrar.

Identificar esses contextos funerários, e verificar as suas semelhanças e dissemelhanças em relação às de Tavira e de Alcácer do Sal parece imprescindível, nomeadamente ao nível da proximidade/distância em relação aos espaços habitacionais, dos rituais de enterramento e das características dos espólios votivos, até porque esta análise contribuirá para traçar, com mais nitidez, o quadro dos comportamentos simbólicos, e, sobretudo, detectar áreas de identidade, ou descontinuidade, cultural. Por outro lado, análises de ADN e de rádio carbono sobre os restos incinerados já existentes (Tavira e Senhor dos Mártires) contribuirão para ajudar a iluminar aspectos relacionados com os componentes biológicos dos grupos humanos, e com a cronologia da introdução no território ocidental de práticas funerárias específicas (incineração *in situ* e em urna).

A ausência de cronologias absolutas ultrapassa o mundo funerário, sendo extensível aos contextos domésticos. Análises de rádio carbono existem apenas para Santarém (Arruda 199-2000; 2005a e b) e para Almaraz (Barros – Cardoso - Sabrosa 1993; Barros – Soares 2004), no estuário do Tejo, e ainda para o Cerro da Rocha Branca, no Algarve. Apenas para o primeiro dos sítios, as datas 14C estão devidamente associadas a materiais arqueológicos específicos, para além do facto de haver uma correspondência exacta entre o perfil estratigráfico e a sequência rádio carbónica, o que confere ao conjunto das datas de 14C de Santarém uma grande coerência. As datas de Almaraz são mais difíceis de analisar e perceber, até porque os contextos de recolha da matéria orgânica que as suportam não parecem ainda claros, sendo os materiais arqueológicos associados pouco conhecidos. De qualquer modo, ressalte-se a semelhança entre os dois sítios do Vale do Tejo ao nível da cronologia das primeiras ocupações relacionadas com o mundo oriental. A cronologia do Cerro da Rocha Branca é bem mais problemática, até porque os resultados das datações de rádio carbono apresentam evidentes discrepâncias entre si, quando realizadas sobre carvão ou sobre conchas. Mas as datas e os seus desfasamentos, bem como os espólios que lhes estão associados, foram já objecto de discussão, em anos recentes (Arruda 1999-2000, 2000, 2005a e b; Torres Ortiz 2001). Parece muito importante datar radiometricamente as duas fases de Abul A, de forma a perceber em que momento exacto do processo houve fundações coloniais no extremo ocidente, até porque a análise dos espólios indicia que estas serão posteriores aos primeiros contactos. A relação cronológica deste momento com idênticos fenómenos na Andaluzia seria absolutamente fundamental para abordagens mais vastas. Naturalmente, que a existências de análises de rádio carbono para Tavira, Alcácer do Sal, Santa Olaia e Lisboa permitiria discutir os fenómenos relacionados com a tema da cronologia de forma muito mais aprofundada.

É nos aspectos elencados nas páginas anteriores que devem centrar-se os esforços da investigação do universo fenício ocidental. Sem estes dados, as limitações à produção de um discurso articulado sobre as dinâmicas sociais originadas pela chegada de populações orientais à Península Ibérica são muitas.

## FENÍCIOS, INDÍGENAS, COLONIZAÇÃO E MODELOS POSSÍVEIS

Os dados existentes, muito resumidamente apresentados em 2, e ainda todos os que forem sendo obtidos no âmbito das múltiplas questões que permanecem em aberto e enunciei no ponto anterior, devem abrir o debate em direcção a outras áreas onde se discutam as fórmulas, certamente complexas, de interacção entre «colonos» e «indígenas», e entre componentes de cultura exógenos e autóctones.

Permito-me, no entanto, tecer ainda algumas considerações a propósito dos problemas teóricos que podem colocar-se quando se ensaia o estudo destas duas formações sociais e ainda da que resultou da sua interacção, apesar de ter consciência da opacidade de muitas das áreas específicas dos respectivos sistemas.

Em primeiro lugar, parece-me indesmentível que os grupos fenícios que atingiram o espaço hoje português no início do 1º milénio a.n.e. foram responsáveis pela introdução de um amplo conjunto de tecnologias, espécies vegetais e animais, hábitos sociais, práticas e rituais funerários. Mas a verdade é que tudo indica que, num espaço de dois séculos, esses componentes foram manipulados por grupos autóctones, com um relativo à vontade.

Naturalmente que para o processo de mutação cultural ocorrido contribuíram colonos e indígenas, mesmo que o fosso tecnológico que separava ambos os grupos fosse considerável. Parece efectivamente indesmentível que os colonialismos, mesmo os protagonizados pela mesma metrópole, têm obrigatoriamente que contar também com

as realidades indígenas que vão encontrar, e que, de uma forma ou de outra, podem moldar a definição dos próprios sistemas que vão ser impostos. Contudo, e ainda que os grupos indígenas tenham sido certamente mais do que meros espectadores passivos num processo que directamente os envolveu, a verdade é que o papel dos colonos fenícios foi determinante na construção dos novos modelos sociais que as fórmulas de interacção criaram, até porque foram esses mesmos fenícios os portadores dos elementos que permitiram as alterações nos sistemas sociais, políticos, económicos e culturais, sem que esta leitura implique, naturalmente, a defesa de qualquer espécie de «sistema colonial», ou assente na presunção de uma qualquer menoridade intelectual dos grupos indígenas.

De qualquer modo, parece claro que sobre um cenário previamente ocupado, entraram em cena novos protagonistas, e não deve perder-se de vista que estes últimos pretendiam reproduzir nas áreas de chegada os sistemas culturais do ponto de partida.

Ainda de acordo com esta perspectiva, julgo que pode defender-se que o contacto de culturas que decorreu em consequência da chegada de populações próximo orientais ao ocidente europeu resultou na quase dissolução dos sistemas culturais das comunidades menos sofisticadas do ponto de vista tecnológico, neste caso as indígenas, ainda que pareça certo que, destas últimas, sobreviveu, pelo menos, um efectivo legado genético.

Naturalmente, que esta dissolução não foi imediata, nem sequer generalizada em termos geográficos e cronológicos. Mas a verdade é que se torna quase impossível, a partir da segunda metade do século VII a.n.e., desenhar fronteiras entre comunidades cultural e geneticamente diferenciáveis nas áreas orientalizadas do actual território português. E a realidade empírica evidencia que os elementos exógenos prevaleceram sobre os das comunidades autóctones.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A.  
1976 Céramiques préromaines. In J. Alarcão; M. Delgado; F. Mayet, e S. Ponte *Fouilles de Conímbriga VI (Céramiques diverses et verres)*. Paris: Difusión de Boccard, p. 3-17.
- ALVAR, J.  
1995 Avieno, los fenicios y el Atlántico. *Kolaios*. Sevilla, 4, p. 21-37.
- AMARO, C.  
1993 Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais* (Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português», 1992). Lisboa: Universidade Nova, 4, p. 183-192.
- ARANEGUI, C.  
2005 Recensión al artículo de A. M. Arruda «O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: as leituras possíveis no início de um novo século». *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 4, 23, p. 112-117.
- ARRUDA, A. M.  
1986 Castro Marim na Idade do Ferro. In *Actas do 4º Congresso do Algarbe*. Silves. 1, P. 33-38.
- ARRUDA, A. M.  
1987 Alcçova de Santarém: a Idade do Ferro. In *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa, p. 53-54.
- ARRUDA, A. M.  
1992 «Orientalismo» e «Orientalizante»: génese e aplicação dos conceitos na Idade do Ferro do Centro/Sul de Portugal. In *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Maced*. Lisboa, p. 33-48.
- ARRUDA, A. M.  
1993 A ocupação da Idade do Ferro da Alcçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais* (Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português», 1992). Lisboa: Universidade Nova, 4, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M.  
1999-2000 *Los fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Cuadernos de Estudios Mediterráneos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M.  
2000 O comércio fenício no território actualmente português. In *Intercambio y comercio Preclassico en el Mediterráneo* (Actas do I Colóquio do Centro de Estudios Fenicios y Púnicos. Madrid, 1998). Madrid: CEFYP, p. 59-77.
- ARRUDA, A. M.  
2003a A Idade do Ferro no Castelo de Castro Marim através das importações cerâmicas. *Xelb* (Actas do «Congresso Arqueologia no Algarve»). Silves: Câmara Municipal de Silves, 4, p. 70-88.



- ARRUDA, A. M.  
 2003b Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In GÓMEZ BELLARD, C., ed. - *Ecobistoria del paisaje agrario: La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. València: Universitat, p. 205-217.
- ARRUDA, A. M.  
 2005a O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 4, 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M.  
 2005b Orientalizante e pos-orientalizante no Sudoeste peninsular: geografias e cronologias. In CELESTINO PEREZ, S. E JIMÉNEZ ÁVILA, J. (EDS.) *El período orientalizante (Actas del III Simposio – internacional de Arqueología de Mérida: Protobistoria del Mediterráneo Occidental)*. Anejos de AEsPA. Mérida: CSIC, 2, p. 277-303.
- ARRUDA, A. M. – CATARINO, H.  
 1982 Cerâmicas da Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém. *Clio*. Lisboa, 4, p. 35-39.
- ARRUDA, A. M. – COVANEIRO, J. – CAVACO, S. (NO PRELO A)  
 Uma necrópole tartéssica em Tavira: as dicotomias impossíveis. Contributos para a anatomia de um mito. In *Actas do V Colóquio del CEFYP* (Madrid, 2007).
- ARRUDA, A. M. – COVANEIRO, J. – CAVACO, S. (NO PRELO B)  
 A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 2007).
- ARRUDA, A. M. – FREITAS, V. T. – OLIVEIRA  
 2007 Os fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In LOPEZ CASTRO (ed.) *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Almeria, p. 459-482.
- AUBET SEMMLER, E.  
 1994 *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona: Crítica.
- BARROS, L.  
 1998 *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- BARROS, L. – CARDOSO, J. L. – SABROSA, A.  
 1993 Fenícios na margem Sul do Tejo. *Estudos Orientais* (Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português», 1992). Lisboa, 4, p. 143-181.
- BARROS, L. – SOARES, A. M.  
 2004 Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série 4, 22, p. 333-352.
- BEIRÃO, C. M.  
 1986 *Une civilisation Protobistorique du Sud du Portugal - 1er Age du Fer*. Paris: Diffusion de Boccard.
- BEIRÃO, C. M. – GOMES, M. V.  
 1983 A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 4, 1, p. 207-266.
- BLAZQUEZ, J. M. – WAGNER, C. – ALVAR, J.,  
 1999 *Fenicios y cartagineses en el Mediterráneo*. Madrid: Cátedra.
- CARDOSO, J. L.  
 1990 A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais* (Actas do Encontro Presenças Orientalizantes em Portugal. Da Pré-História ao Período romano). Lisboa: Universidade Nova, 1, p. 119-133.
- CARDOSO, J. L.  
 1993 Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto fenício. Estudo dos restos da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais* (Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português», 1992). Lisboa, 4, p. 109-125.
- CARDOSO, J. L.  
 2000 Fenícios e indígenas em Rocha Branca, Abul, Alcácer do Sal, Almaraz e Santarém. Estudo comparado dos mamíferos. In *Actas do IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz, 1, p. 319-327.
- CORREIA, V.  
 1925 Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*. Coimbra, 1 (7), p. 347-363.
- CORREIA, V.  
 1928 Escavações realizadas na necrópole de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*. Coimbra, 75, p. 190-201.
- CORREIA, V.  
 1930a Alcácer do Sal. Esboço de uma monografia. *Biblos*. Coimbra, 1 (7), p. 40-59.

- CORREIA, V.  
1930b As fíbulas da necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*. Coimbra, 6 (7-8), p. 504-509.
- CORREIA, V. H.  
1986 Um bronze tartéssico inédito: o touro de Mourão. *Trabalhos de Arqueologia*. Évora, 1.
- CORREIA, V. H.  
1988-89 *A estação da Idade do Ferro do Porto das Lages, Ourique, Beja*. «Portugália», Porto, Nova série, 9-10, p. 81-91.
- DAVIS, S.  
2006 *Faunal remains from the Alcáçova de Santarém, Portugal*. *Trabalhos de Arqueologia* 43. Lisboa: IPA.
- DIOGO, A.  
1993 Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Orientais* (Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português», 1992). Lisboa, 4, p. 215-228.
- FILIPE, V. – CALADO, M. – LEITÃO, M. (NO PRELO)  
Evidências rientalizantes na área urbana de Lisboa: os edifícios na envolvente da Mãe de água do chafariz del Rei. In *Actas do 6 Congresso Internacional de estudos Fenícios e Púnicos*.
- GOMES, M.  
1993 O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais* (Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português», 1992). Lisboa: Universidade Nova, 4, p. 73-107.
- GOMES, M. V.  
1986 O oinochoé piriforme dos arredores de Beja. *Trabalhos de Arqueologia*. Évora, 1.
- GOMES, M. – GOMES, M. – BEIRÃO, C.  
1986 O Cerro da Rocha Branca (Silves): Resultados preliminares de três campanhas de escavações. In *Actas do 4º Congresso do Algarve*. Silves, 1, p. 77-83.
- LEEUWAADEN, W. – JANSSEN, C. R.  
1985 A preliminary palynological study of peat deposit near an oppidum in the lower Tagus valley. In *Actas da I reunião do quaternário ibérico*. Lisboa: Grupo de trabalho para o Estudo do quaternário/Grupo Español de Trabajo del cuaternario, 2, p. 225-235.
- MAIA, M.  
1987 Dois *larnakes* da Idade do Ferro do Sul de Portugal. *Veleia* (Actas del IV coloquio sobre Lenguas e culturas Paleobispanicas. Vitoria/Gasteiz - 1985). Vitoria: Universidad del País Vasco. p. 223-242.
- MAIA, M.  
1988 Neves II e a facies cultural de Neves Corvo. *Arquivo de Beja* (Actas do 1º Encontro de Arqueologia da região de Beja). Beja: Câmara Municipal. 2ª Série, 3, p. 23-42.
- MAIA, M.  
2000 Tavira fenícia: o território a Ocidente do Guadiana, no inícios do I milénio a.C.». In *Fenícios y territorio*. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura «Juan Gil-Albert». p. 121-150.
- MAIA, M.  
2003 Fenícios em Tavira. –In *Tavira: território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 57- 72.
- MAIA, M. – MAIA, M.  
1986 *Arqueologia da área mineira de Neves Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Somincor.
- MAYET, F. – SILVA, C. T.  
1992 Abul, um estabelecimento orientalizante do século VII a.C. no baixo vale do Sado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 315-333.
- MAYET, F. – SILVA, C. T.  
1993 Presença fenícia no Baixo Sado. *Estudos Orientais* (Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português», 1992). Lisboa: Universidade Nova, p. 127-142.
- MAYET, F. – SILVA, C. T.  
1997 L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal)». In *Itinéraires Lusitaniens*. Paris: Diffusion de Boccard. p. 255-271.
- MAYET, F. – SILVA, C. T.  
2003 *Le Établissement Phénicien d'Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boucard.
- PEREIRA, I.  
1997 Santa Olaia et le commerce atlantique. In *Itinéraires Lusitaniennes*. Paris: Difusión de Boccard, p. 209-253.
- PIMENTA, J. – CALADO, M. – LEITÃO, M.  
2005 Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça, 1. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8, 2, p. 313-334.

- PINTO, C. V. – PARREIRA, R.  
 1978 Contribuição para o estudo do Bronze final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1977)*. Lisboa: p. 147-163.
- QUEIROZ, P. – MATEUS, J. – LEEUWAARDEN, W. – PEREIRA, T. – DISE, D.  
 2006 Castro Marim e o seu território imediato durante a Antiguidade. Paleo-etno-botânica – Relatório Final.
- ROCHA, A. DOS S.  
 1908 Memórias e explorações arqueológicas II. Estações pré-romanas da Idade do ferro nas vizinhanças da Figueira. *Portugália*. Porto, 2, p. 302-356.
- SILVA, C. T. – SOARES, J. – BEIRÃO, C. M. – DIAS, L. F. – COELHO-SOARES, A.  
 1980-81 Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 6-7, p. 149-218.
- SILVA, R. – PIMENTA, J. – CALADO, M. (NO PRELO)  
 Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo: A I.A.U. da Rua de São Mamede ao Caldas, n.º 15. In *Actas do 6 Congresso Internacional de estudos Fenícios e Púnicos*.
- SOARES, J. – SILVA, C. T.  
 1979 Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 159- 184.
- SOARES, J. – SILVA, C. T.  
 1986 Ocupação pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Trabalhos de Arqueologia (Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana)*. Lisboa, 3, p. 87-101.
- TORRES ORTIZ, M.  
 2001 Los fenicios en el Sudoeste de la Península Ibérica. In *La colonización Fenicia de Occidente. Estado de la investigación en los inicios del siglo XXI (Actas de las XVI Jornadas de Arqueología Fenicio-púnica)*. Eivissa: Govern de les Illes Balears. p. 49-68.